

Mulford diz que débito pode ter redução de US\$ 820 milhões

por Claudia Safatle
de Brasília

A visita de pouco mais de 24 horas que o subsecretário do Tesouro norte-americano, David Mulford, fez a Brasília, ao contrário do que temia a equipe econômica do governo, foi produtiva e positiva para o País, no tocante à estratégia de negociação da dívida externa. Mulford deixou até duas boas notícias para o governo: no bojo da iniciativa Bush para as Américas — plano que o presidente George Bush, dos EUA, apresentará ao Congresso norte-americano em breve — constam duas possibilidades de redução de dívidas do governo brasileiro com o governo americano. Uma, cujo estoque soma cerca de US\$ 1 bilhão, relativa a débitos concessionais (produzidos por importações de alimentos nos anos 70), que Mulford admitiu reduzir em até 60%; e, também, um abatimento de cerca de 20% nos débitos de cerca de US\$ 1,1 bilhão junto ao Eximbank dos EUA (referentes a financiamentos de comércio).

MEIO AMBIENTE

A cifra (cerca de US\$ 820 milhões) pode não ser significativa, se confrontada com o estoque da dívida externa, mas o princípio é bastante promissor, como crê o embaixador Jório Dauster, encarregado da coordenação da negociação externa. Como explicou Dauster, relatando a conversa com Mulford, os juros remanescentes da dívida concessional serão aplicados, em moeda local, na constituição de um fundo de ajuda à preservação do meio ambiente.

Ontem, depois de um café da manhã com o secretário-geral de Política Exterior do Itamaraty, Marcos Azambuja, em que o tema principal da conversa foi sobre o conflito no golfo Pérsico, Mulford reuniu-se com os principais assessores oficiais para assuntos da dívida externa, na Secretaria Nacional de Planejamento. Lá, ele foi

municado de todos os dados estatísticos relativos à dívida, à concentração de pagamentos ao Clube de Paris nos próximos três anos — cujos desembolsos totalizariam, se rigorosamente cumpridos, a quantia de US\$ 14,129 bilhões — e informado da estratégia de negociação externa, cujo cronograma é Fundo Monetário Internacional, Clube de Paris, e por último os bancos privados.

Dos números retratados a Mulford, alguns se destacam "pelo elemento de absurdo" que contém, na observação de Dauster. O país, apesar da moratória parcial decretada em junho do ano passado, desembolsará neste ano o montante de US\$ 7,5 bilhões a título de juros e amortizações ao FMI, BIRD e Bid, para quitar compromissos com as linhas de curto prazo e resgate ou remuneração dos bônus brasileiros no exterior, e ao Clube de Paris.

CIFRAS ABSURDAS

Sem a moratória aos bancos, essa cifra saltaria para US\$ 17,5 bilhões neste ano, quantia que, somada aos US\$ 3,5 bilhões de atrasados relativos ao ano passado, atingiria um total de US\$ 22 bilhões de pagamento neste ano.

"Em Houston, quando da última reunião do Grupo dos Sete países mais ricos (G7), discutiu-se a cifra plurianual para salvar a 'perestroika', dimensionada em US\$ 20 bilhões. Estaríamos pagando, num ano, mais do que um Plano Marshall para a União Soviética", sublinhou Dauster.

A isso se somaria, ainda, um outro aspecto que tem sido mostrado tanto aos técnicos do FMI quanto a Mulford, ontem, e também o será aos executivos dos bancos credores, que começam a chegar a Brasília, hoje. Trata-se de um equívoco dizer que o País não tem atraído investi-

mentos de risco por causa da situação irregular de pagamentos externos. As transferências de capital para o exterior têm sido contínuas desde 1983, argumentou.

A visita de Mulford foi cuidadosamente preparada para evitar, na pior das hipóteses, desentendimentos quanto à postura do governo frente aos credores internacionais. Acabou sendo melhor do que isso, na interpretação dos assessores que participaram dos encontros. "O mais importante foi ter a oportunidade de mostrarmos as cifras, mostrar a capacidade de pagamento que o País tem, dentro de um programa de estabilização. Se alguém achar que podemos pagar US\$ 17 bilhões por ano aos credores, que nos mostre como", concluiu o embaixador, responsável pela negociação externa.

É nesse pé, também, que se encontra a negociação com o FMI.